

DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

*Sergio Schneider¹
Abel Cassol²*

RESUMO

O Brasil registrou avanços significativos em relação à definição e compreensão das características e do significado do grupo social denominado agricultura familiar, especialmente no que concerne ao reconhecimento da sua diversidade econômica e heterogeneidade social. O objetivo deste trabalho consiste em oferecer uma contribuição para compreensão da diversidade econômica da agricultura familiar no Brasil. Trata-se de uma síntese de um estudo mais amplo e aprofundado, realizado com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006 sobre o perfil e as características da agricultura familiar, utilizando-se uma classificação baseada no valor da produção agropecuária desses estabelecimentos e, secundariamente, das receitas obtidas com essas atividades. Elaborou-se uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros utilizando-se indicadores da produção (mais especificamente, o valor da produção apurado) e de renda com base em dados sobre as fontes de ingresso agrícolas e não agrícolas. O trabalho aponta para a necessidade de políticas específicas para os distintos tipos de estabelecimentos familiares que permitam o desenvolvimento de distintas estratégias de uso da terra e dos demais meios de produção para alcançar a reprodução social e gerar excedente econômico que possa assegurar receitas adequadas.

Termos para indexação: desenvolvimento rural, diversidade econômica, heterogeneidade social.

DIVERSITY AND HETEROGENEITY OF FAMILY FARMING IN BRAZIL AND SOME IMPLICATIONS FOR PUBLIC POLICIES

ABSTRACT

Brazil has recorded significant progress in relation to the definition and understanding of the characteristics and significance of the social group known as family farmers, especially with regard to the recognition of its economic diversity and social heterogeneity. The objective of

¹ Sociólogo, doutor em Sociologia, pesquisador do CNPq, Professor Associado IV do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural da UFRGS, Av. João Pessoa, 31 – Centro, CEP 90040-000 Porto Alegre, RS. schneide@ufrgs.br

² Cientista social, doutorando em Sociologia pela UFRGS, pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – GEPAD/CNPq, Av. Ipiranga, 1.813/204, Santana, CEP 90160-093 Porto Alegre, RS. abelcassol@hotmail.com

this paper is to contribute to better understand the economic diversity of family farming in Brazil. It is a synthesis of a wider and more comprehensive study based on data from the 2006 Agricultural Census of Brazil on the profile and characteristics of family farming, using a classification method based on the value of agricultural production of these establishments, and secondarily on the amount of revenues obtained from these activities. This study developed a typology of Brazilian family farming establishments using indicators of production (more specifically the calculated production value) and income based on data on the agricultural and non-agricultural sources of income. The work points out the need for specific policies for the different types of family farm establishments that allow the development of different strategies of land use and use of the other means of production to achieve social reproduction and generate economic surplus in order to ensure adequate income.

Index terms: rural development, economic diversity, social heterogeneity.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil conheceu avanços significativos no que concerne a uma melhor definição e compreensão das características e do significado do grupo social denominado agricultura familiar. O principal avanço refere-se ao reconhecimento da enorme diversidade econômica e heterogeneidade social desse grupo social, formado por pequenos proprietários de terra que trabalham mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para seu autoconsumo como para a comercialização, e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais.

Do ponto de vista histórico, na verdade, não há surpresa nisso, pois essa categoria social sempre foi genuinamente diferenciada em nosso país. Mas seria um equívoco reducionista afirmar que o que hodiernamente chamamos agricultura familiar não representa nada de novo ou acréscimo algum em relação às denominações que eram atribuídas a ela no passado, tais como pequena produção, produção de subsistência ou baixa renda e, em um nível político e conceitual mais consistente, campesinato.

Por um lado, o reconhecimento da agricultura familiar se refere a um movimento ou esforço cognitivo e, às vezes, político-retórico para requalificar e renomear a forma como os camponeses e pequenos produtores eram até então definidos. Por outro lado, trata-se também de atribuir um novo sentido analítico e político, pois a agricultura familiar passa a ser entendida como uma categoria social diversa e heterogênea pelos estudiosos e cientistas, e

vista pelos gestores governamentais e pelos atores e organizações sociais pelo seu papel estratégico no processo de desenvolvimento social e econômico dos países da região. Trata-se, nesse sentido, de um movimento de afirmação que percorre o caminho indicado por Bourdieu (1977, 1981, 1993) quando se referiu ao modo como as categorias do mundo empírico e político passam a influenciar o campo analítico à medida que são construídas como temas e objetos de reflexão sociológica. É nesse processo, de passagem do “concreto em si” para o “concreto pensado”, para lembrar Marx (1987), que vai se afirmando e legitimando o novo em relação ao velho.

Portanto, para dizê-lo de modo a parafrasear Jollivet (2001, p. 54), as unidades de agricultura familiar de hoje não deixam de ter suas raízes camponesas e continuam a ser, em geral, empreendimentos econômicos que operam em regime de economia familiar³. Mas os agricultores familiares não são mais camponeses na medida em que sua reprodução social e econômica deixa de estar confinada à pequena comunidade rural ou povoado isolado, pois recebem influências externas (sejam elas tecnológicas, culturais, informacionais, mercantis, etc.) que se tornam cada vez mais decisivas à sua reprodução à medida que se amplia sua inserção social (MENDRAS, 1984). Tais influências externas são apropriadas, redefinidas e mesmo ressignificadas, fazendo que os agricultores familiares – mesmo vivendo em áreas rurais cujas distâncias até o mundo urbano ainda são fisicamente consideráveis – não limitem sua interação com a sociedade e os mercados⁴.

Isso não significa dizer, absolutamente, que muitos agricultores familiares não sigam sofrendo dos mesmos problemas e limitações que os camponeses e pequenos produtores de outrora. A pobreza, a privação de renda e a vulnerabilidade social continuam a afetar muitos desses produtores e suas famílias, da mesma forma como no passado. Por isso, é importante enfatizar

³ Para uma discussão sobre isso e as interfaces entre campesinato e agricultura, consultar texto de Wanderley (2009, p. 185). Delgado (2005) tem insistido corretamente na ideia de que a noção sedimentada na lei previdenciária brasileira de regime de economia familiar oferece uma guarida especial aos trabalhadores ocupados por conta própria – definição da Pnad (IBGE, 2001) – que são, ao mesmo tempo, trabalhadores e proprietários dos seus meios de produção.

⁴ Aqui os autores se estribam na perspectiva de Harriet Friedmann (FRIEDMANN, 1978a, 1978b, 1988) sobre a agricultura familiar como produção simples de mercadorias e na de Ploeg (2006, 2008), que se refere a um “modo camponês de fazer agricultura”, o qual não pode ser associado ao conceito de modo de produção em sua definição marxiana. Em Schneider e Niederle (2008) e Nierdele (2009), os autores discutiram em detalhe essas definições.

que a mudança de nome ou a adoção de nova terminologia, por si, não altera a condição real de vida dos agricultores familiares e menos ainda sua identidade. Muitos campesinos, colonos, sitiantes e pequenos agricultores não deixarão de ser e de se definir como tal, malgrado os teóricos e formuladores de políticas passem a designá-los de agricultores familiares ou outro nome/termo que venha a ser utilizado (NEVES, 1995). Como já dizia Shanin (1980), a definição ou mesmo a revogação de um conceito de campesinato ou de agricultor familiar não pode ser obra dos teóricos ou dos formuladores de políticas, pois os próprios agentes sociais têm direito às suas definições e à construção da sua identidade, que é um processo social e político a um só tempo.

Mas os anos recentes também testemunham o reconhecimento e a compreensão de que é possível pensar processos de desenvolvimento rural partindo-se da perspectiva de diversidade econômica e de heterogeneidade social da agricultura familiar no Brasil (MATTEI, 2014). No passado, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, vicejavam teorias e referências políticas que pretendiam adaptar ou reduzir a diversidade social dos camponeses e agricultores a certos modelos ou padrões de desenvolvimento monolíticos. Naquela época, considerava-se que a “excessiva diversidade” era um obstáculo ao seu desenvolvimento econômico e social. Atualmente, contudo, essas referências foram colocadas de cabeça para baixo, pois está cada vez mais claro que as dinâmicas de desenvolvimento mais virtuosas emergem da diversidade das economias locais, que demonstram eficiência coletiva (ABRAMOVAY, 2000; SCHMITZ, 1999), capacidade de inovação (COOK; MORGAN, 1998; MORGAN, 1997) e resiliência a choques e pressões (ELLIS, 1998; SCOONES, 2009).

É no contexto mais recente de (re)valorização da ruralidade, do reconhecimento do papel das economias locais e do potencial das dinâmicas territoriais de desenvolvimento que o papel da agricultura familiar ganha força (SCHNEIDER, 2010; VEIGA, 2004). A crise dos modelos de desenvolvimento, lastreados tanto nas ideologias do ajuste estrutural como nas propostas de mudança revolucionária, criou espaço para que experiências bem-sucedidas de inserção social e econômica baseadas na agricultura familiar mostrassem suas potencialidades. Em relação a isso, a agricultura familiar adquiriu centralidade política tanto para organizações internacionais como para os movimentos sociais, sindicatos e cooperativas, bem como para partidos políticos, programas e políticas públicas.

O interesse renovado e crescente pela agricultura familiar (haja vista que 2014 foi declarado pela ONU como o Ano Internacional da Agricultura Familiar) está relacionado a múltiplos aspectos, entre os quais dois se destacam. De um lado, está cada vez mais evidente que ao se falar em agricultura familiar no contexto atual, não se está referindo ao campesinato tal como este era concebido nas décadas de 1960 e 1970. Os camponeses eram considerados os pobres rurais, pouco eficientes do ponto de vista econômico e ameaçados de desaparecimento pelo emergente capitalismo urbano industrial da época (sem contar que em alguns países eram considerados perigosos e incômodos por suas políticas e alinhamentos ideológicos)⁵. De outro lado, os agricultores familiares que estão ganhando destaque no momento atual não são aqueles diretamente identificados com os “*family farmers*” da América do Norte e da Europa do Norte, também conhecidos como agricultores “tipo *farmer*”, altamente tecnificados e produtores de monocultivos. Com exceção de algumas regiões e situações específicas, o estereótipo do “*farmer* americano” não corresponde à maioria dos agricultores familiares que existem no Brasil e nos demais países da América Latina.

Não se trata, portanto, de voltar ao “velho debate” a respeito do qual muito já se discutiu, plasmado na clássica questão sobre o papel da pequena produção no desenvolvimento do capitalismo agrário ou sobre suas chances de persistir em face da modernização agrícola (BERNSTEIN, 2011). Pelo contrário, trata-se de entender por que, afinal, depois de décadas de condicionantes pouco favoráveis, as formas de trabalho e produção familiares não apenas não desapareceram no meio rural, como também, em muitas situações, conseguiram se fortalecer e mesmo desenvolver novos mecanismos de reprodução social e inserção econômica (HAYAMI, 1996, 2002).

Este trabalho tem por objetivo oferecer uma pequena contribuição para compreensão da diversidade econômica da agricultura familiar no Brasil. Trata-se de uma síntese de um estudo mais amplo e aprofundado, realizado com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) para estudar o perfil e as características da agricultura familiar no Brasil por meio de uma classificação baseada no valor da produção agropecuária

⁵ É claro que não se devem desconsiderar, aqui, outras dimensões que caracterizam o campesinato, notadamente sua diversidade cultural, a origem étnica e outras dimensões não econômicas, que na verdade são os traços mais marcantes da identidade desse grupo social.

desses estabelecimentos e, secundariamente, das receitas obtidas com essas atividades⁶.

Os estudos sobre diversidade da agricultura familiar em geral resultam na elaboração de tipologias e grupos que buscam recortar e isolar subgrupos do universo mais geral dessa categoria social. Esse tipo de trabalho tem uma finalidade mais heurística do que teórica e analítica. Esse processo se iniciou em 1994, quando foi lançado o estudo FAO/Incrá (NOVO..., 2000), ver também GUANZIROLLI, et al., 2001), e segue até o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), em que, pela primeira vez, foram levantados dados por estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor, separando-se os estabelecimentos em familiares e não familiares. Um marco importante nesse processo de tipificação da agricultura familiar no Brasil foi o trabalho de Kageyama e Bergamasco (1990), em que as autoras apresentaram uma classificação dos estabelecimentos, com base no Censo Agropecuário de 1980, que utilizava como critério de segregação o uso da força de trabalho, e não o tamanho de área de terra disponível, como era usual até então nos estudos econômicos. Na década de 1990, em face do contexto favorável e do reconhecimento crescente dos novos atores sociais ligados à agricultura familiar, a demanda por uma melhor classificação ampliou-se. Nesse contexto, surgiu o estudo FAO/Incrá (PERFIL..., 1996), que foi o primeiro trabalho conduzido por órgãos oficiais⁷ que fez uma análise dos estabelecimentos agropecuários brasileiros separando-os em estabelecimentos de agricultores familiares e patronais (DEL GROSSI; MARQUES, 2010).

⁶ Os dados utilizados nesse texto foram produzidos para um estudo sobre “a agricultura familiar no Brasil” que integra o Producto 3 (Reporte sobre la agricultura familiar) do projeto de “Análisis de pobreza y desigualdad rural en América Latina”, que o Rimisp elaborou para o Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) em 2013. Tal estudo teve como principal objetivo demonstrar a heterogeneidade social e econômica da agricultura familiar em seis países latino-americanos: Brasil, Chile, Equador, Colômbia, México e Guatemala. Para tanto, foi criada uma metodologia comum que permitiu a construção de uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares em cada um desses países por meio da análise de distintas variáveis, tais como acesso a mão de obra, característica da produção agrícola, acesso a ingressos/receitas agrícolas e não agrícolas, acesso a mercados e assistência técnica, composição familiar dos estabelecimentos, entre outros.

⁷ A FAO é a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, organização que é ligada ao sistema Nações Unidas e que possui sede em diferentes países signatários. O Incra é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, organização encarregada dos assuntos fundiários e de terra em nível federal do governo brasileiro. Atualmente, o Incra é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Neste trabalho, não se pretende discutir nenhuma tese ou mesmo apresentar argumentos que levem a conclusões normativas sobre o que deveria ou não ser feito com este ou aquele subgrupo da agricultura familiar. Não se trata, por certo, de renunciar ao papel de fazer uma ciência social com sentido, mas certamente não se tem a intenção de apresentar uma perspectiva engajada. Mas o fato de assim proceder não nos impede de, ao final do artigo, arriscar algumas sugestões e recomendações para as políticas públicas derivadas da elaboração da tipologia a seguir exposta.

Assim, procedeu-se à elaboração de uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros utilizando-se indicadores da produção (mais especificamente, o valor da produção apurado) e de renda com base em dados sobre as fontes de ingresso agrícolas e não agrícolas. A metodologia do trabalho se baseia na utilização dos dados secundários do Censo Agropecuário brasileiro de 2006 (IBGE, 2009), que foram disponibilizados mediante solicitação de tabulações especiais elaboradas por técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando à análise e à compreensão da diversidade desse grupo social.

Assim, além desta introdução, o artigo estrutura-se em cinco seções. Na primeira, discute-se o perfil da agricultura familiar brasileira com base em estudos que buscaram classificá-la, assim como o contexto social e político de surgimento e consolidação atual dessa categoria. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na montagem da tipologia dos estabelecimentos. A terceira seção analisa e sintetiza os principais resultados da pesquisa. A quarta seção é reservada às considerações em torno da diversidade da agricultura familiar no País e, por fim, a quinta e última seção aponta algumas sugestões de políticas públicas que poderiam ser empregadas na agricultura familiar brasileira com base nos resultados obtidos.

PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

São relativamente bem conhecidos os números sobre a agricultura familiar no Brasil. Trata-se de uma categoria social que representa o setor numericamente majoritário do agro brasileiro. Os dados do último Censo Agropecuário do IBGE (levantados em 2007, tendo o ano base 2006) mostraram que o Brasil possuía em 2006 um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, dos

quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares⁸. Isso significa que a agricultura familiar representava, em 2006, 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupava uma área de pouco mais de 80,3 milhões de hectares, o que representava 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros. A contribuição da agricultura familiar para a produção agropecuária não era pequena, pois 38% do valor total da produção e 34% do total das receitas do agro brasileiro advinham desse setor. Apesar de que os estabelecimentos não familiares representavam apenas 16% do total de unidades, ocupavam 76% da área de terra e geravam a maior parte do valor da produção (62%) e da receita (66%).

Na Tabela 1, faz-se uma caracterização dos estabelecimentos agropecuários do Brasil em 2006, segundo a classificação da agricultura familiar contida na Lei nº 11.326/2006 (IBGE, 2012).

Tabela 1. Caracterização dos estabelecimentos agropecuários do Brasil em 2006.

Característica	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Nº	%	Nº	%
Número de estabelecimentos	4.367.902	84	807.587	16
Área (milhões de hectares)	80,3	24	249,7	76
Mão de obra (milhões de pessoas)	12,3	74	4,2	26
Valor da produção (R\$ bilhões)	54,4	38	89,5	62
Receita (R\$ bilhões)	41,3	34	80,5	66

Fonte: França et al. (2009).

Na comparação com os dados do Censo Agropecuário anterior, de 1995–1996, processados por Guanzirolli et al. (2012), percebe-se que houve relativa estabilidade na variação do número de estabelecimentos classificados como de agricultores familiares entre os dois Censos. Entre 1995–1996 e 2006, houve um pequeno aumento no número de estabelecimentos de agricultores

⁸ Os primeiros resultados do Censo Agropecuário de 2006 foram publicados em 30 de setembro de 2009 (IBGE, 2009).

familiares, assim como na proporção da área ocupada por eles e no valor da produção obtida por eles. Vale notar que a própria estabilidade desses indicadores pode ser comemorada, pois os Censos anteriores apontavam invariavelmente para a redução desses indicadores⁹.

A Tabela 2 descreve a evolução das principais variáveis da participação da agricultura familiar no Brasil de 1996 a 2006.

Tabela 2. Evolução das principais variáveis da participação da agricultura familiar (%) de 1996 a 2006 no Brasil.

Variável (%)	1996	2006
Estabelecimentos familiares	85,17	87,48
Área dos estabelecimentos familiares	30,48	32,36
VBP dos estabelecimentos familiares	37,91	39,68
Pessoal ocupado, considerando-se o total dos estabelecimentos familiares	76,85	77,99

Fonte: adaptado de Guanzirolli et al. (2012).

Não obstante seu significado e relevância atual, e mesmo sua influência e projeção em outros países, a agricultura familiar pode ser considerada um fato novo até mesmo no Brasil (MANZANAL; SCHNEIDER, 2011). A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar era quase inexistente no País, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar e identificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Resumidamente, o surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e deve-se a três fatores igualmente importantes. O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento

⁹ França et al. (2009, p. 9) alertaram para possíveis problemas na comparação dos dois Censos, especialmente em relação à subestimação da área cultivada e da mão de obra ocupada. Chamam a atenção em relação ao fato que “A análise comparativa dos resultados do Censo Agropecuário 2006 com o Censo 1995/1996 deve levar em consideração algumas mudanças metodológicas. Uma delas refere-se à mudança do período de coleta de dados, que passou do ano agrícola para o ano civil [...] A rigor, a mudança metodológica adotada significa que os dois Censos mais recentes não são estritamente comparáveis em todos os seus quesitos.”

sindical após o fim da ditadura militar (FAVARETO, 2006; MEDEIROS, 1997, 2010; PICOLOTTO, 2014); o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990 (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 1991; WANDERLEY, 2009); e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas (AQUINO; SCHNEIDER, 2011; GRISA, 2012; GRISA; SCHNEIDER, 2013; HOUTZAGER, 2004), que passaram a reconhecer esse setor e dar a ele visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Há certo consenso entre os estudiosos de que a institucionalização do Pronaf e os aumentos sucessivos nos valores de crédito disponibilizados a partir de 1998 fizeram que a agricultura familiar passasse a ser conhecida, socialmente reconhecida e politicamente legitimada pelo Estado. E os atores sociais, notadamente o movimento sindical ligado à Contag no início – e, mais tarde, também a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) –, foram ágeis em criar eventos que mantiveram o tema em alta, tais como os *Gritos da Terra*. Em resposta, o Estado e os sucessivos governos, desde meados da década de 1990, respondem, a cada ano, com um Plano Safra, destinado à agricultura familiar.

A década de 1990 marca, portanto, o início de um conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil que criam espaço e condições favoráveis à emergência, legitimação e consolidação da agricultura familiar. O mais importante aspecto contextual que beneficiou a afirmação da agricultura familiar é o alcance da estabilidade macroeconômica e o controle da inflação, por meio do Plano Real de 1993. O segundo condicionante macro, ainda que de ordem mais institucional e política, está relacionado às diretrizes da nova Constituição de 1988, que criou as bases legais e institucionais para descentralização das políticas públicas e conferiu mais espaço para participação dos atores da sociedade civil na sua elaboração. E o terceiro fator refere-se à retomada do papel do Estado na regulação e governança dessas políticas e iniciativas (ABRAMOVAY; MORELLO, 2010; SALLUM JUNIOR, 2003; SCHNEIDER, 2010).

Foi graças a esses fatores e processos que marcam uma época de mudança social no Brasil que os próprios agricultores familiares e suas organizações puderam surgir e se fortalecer num ambiente institucional, econômico e mesmo ideológico muito favorável à agricultura familiar no Brasil.

ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DA DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR SOB UMA PERSPECTIVA ECONÔMICA

Tal como já foi dito, não há dúvidas entre estudiosos, especialistas e formuladores de políticas quanto à diversidade econômica e heterogeneidade social. Mas a questão a saber é sobre as características dessa diversidade e heterogeneidade considerando-se os estabelecimentos existentes de fato.

Partiu-se da hipótese de que a agricultura familiar a que se refere aqui não é nem estritamente camponesa, tampouco essencialmente capitalista e/ou mercantilizada. O tipo social médio de agricultor familiar a que se refere neste estudo constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sobre um pedaço de terra, em geral não muito grande, e nem sempre de sua propriedade legal. Esse regime de trabalho em economia familiar gera uma produção agroalimentar que é utilizada não só para o autoabastecimento (autoconsumo), mas também (e cada vez mais) para a comercialização. Por serem famílias que vivem e trabalham com menos terra do que desejariam, parte da força de trabalho excedente é utilizada para o exercício de atividades não agrícolas na região ou fora dela, fazendo que essas famílias tenham ingressos não agrícolas, que, em algumas situações, chegam inclusive de outros países via remessas de parte dos salários e/ou ganhos que foram amealhados por algum membro do grupo doméstico que emigrou.

A formulação de uma tipologia dessas unidades visa, portanto, segmentar esse universo social de tal sorte que se compreenda melhor sua diversidade por meio de variáveis dependentes que possam fornecer informações sobre seu perfil e suas características. A metodologia que foi desenvolvida neste estudo teve como objetivo central atender a essa demanda e formular respostas a essa questão. É claro que estudos de caso e outras análises adicionais serão necessários posteriormente para se compreenderem melhor os fatores que contribuem para o processo de diversificação, para entender por que regiões aparentemente parecidas possuem tipos de agricultura tão diferentes, entre outros temas que emergem.

O recorte metodológico deste estudo é, portanto, circunscrito à tentativa de compreender e descrever a diversidade da agricultura familiar no Brasil considerando-se a base de dados do Censo Agropecuário do IBGE (IBGE,

2009), que, para efeito de classificação da agricultura familiar, adota a definição da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (IBGE, 2012).

Com base nessa definição, a metodologia utilizada envolveu seis passos sequenciados e encadeados. O **primeiro passo** da metodologia consistiu em classificar os estabelecimentos agropecuários brasileiros naqueles que se utilizam predominantemente de força de trabalho da própria família (agricultura familiar) e naqueles que utilizam predominantemente força de trabalho contratada (agricultura não familiar).

O **segundo passo** consistiu em classificar os estabelecimentos agropecuários familiares utilizando-se como critério central e discriminatório o ingresso/receita agropecuária do estabelecimento. A justificativa pela escolha dessa variável foi o resultado das discussões realizadas pelos membros da equipe do projeto, fundamentalmente porque em alguns países (Colômbia e Equador) não havia informações censitárias disponíveis sobre a agricultura familiar, nem mesmo a possibilidade de separar esse grupo do universo mais geral.

Assim feito, o **terceiro passo** consistiu em estabelecer indicadores de corte para segregar grupos e criar os tipos pretendidos. Disso resultou a decisão de que os estabelecimentos que tinham receita predominantemente advinda da agropecuária (considerando-se “predominante” uma proporção acima de 51% do total das receitas do estabelecimento) foram denominados **estabelecimentos familiares especializados (EFE)**, enquanto aqueles estabelecimentos cujas receitas da agropecuária situavam-se de 21% a 50% do total das receitas foram denominados **estabelecimentos familiares com múltiplas fontes de receitas (EFMR)**. Finalmente, o terceiro e último tipo de estabelecimento foi denominado aquele em que a receita agropecuária era muito pouco expressiva, não passando de 20% do total. Estes foram denominados de **estabelecimentos familiares com residentes rurais (EFRR)**.

Após a montagem dessa tipologia, verificou-se que, no caso brasileiro, 1.307.940 estabelecimentos agropecuários familiares, o que corresponde a 25,27% do total, não obtiveram nenhuma receita agropecuária em 2005, resultando na sua classificação fora dos grupos propostos pela metodologia. O número de estabelecimentos com múltiplas fontes de receita também ficou

abaixo do esperado, o que acabou levando a novas discussões na busca pelo aperfeiçoamento da metodologia¹⁰.

Não obstante, verificou-se que havia dificuldades¹¹ e limites para trabalhar com o critério/variável receita agropecuária dos estabelecimentos agropecuários familiares, relacionados tanto a problemas de informação na hora da entrevista do censo quanto à soma das entradas monetárias que derivam da produção realizada no estabelecimento agropecuário, assim como das demais fontes de ingressos não agrícolas. Por essa razão, partiu-se para um **quarto passo** na tipologia, que consistiu em classificar os estabelecimentos de acordo com o critério/variável valor total da produção agropecuária¹² e, depois, pelo critério de receita total do estabelecimento.

Vale notar e esclarecer que a variável “valor total da produção” é a soma de toda a produção realizada pelo estabelecimento e convertida em valor monetário. Mas a grande questão, levantada após a obtenção de toda a base de dados, é que existem estabelecimentos agropecuários que realizam/possuem produção que resulta de atividades agropecuárias, mas não a vendem. Esse fato, que não é inusitado para os agricultores, especialmente para aqueles que praticam atividades não temporárias (exploração florestal, pecuária, etc.) ou mesmo que sofreram com alguma adversidade climática, entre outros fatores possíveis, precisa ser muito bem destacado para que não seja interpretado como sinal de ineficiência.

Isso fez que houvesse dois grandes grupos dentro do total dos estabelecimentos agropecuários classificados como familiares pelo último Censo Agropecuário do IBGE (IBGE, 2009): um grupo cuja produção e receitas

¹⁰ Os autores são especialmente gratos aos colegas professores Paulo Waquil e Marcelo Conterato, do PGDR/UFRGS, e Mauro Del Grossi, da UnB, assim como ao mestre Fabiano Escher, por discutirem com eles aspectos que ajudaram na definição desses indicadores. Mas foi a paciência e a ajuda indispensável de Henrique Noronha Figueiredo de Brito e Antonio Carlos Simões Florido, do IBGE, que permitiram lançar luzes sobre os impasses e avançar.

¹¹ Essa dificuldade, no caso brasileiro, advém do fato que a receita agropecuária é mensurada com base no montante do valor adquirido pelo estabelecimento com a venda da produção agropecuária, que é informada pelo próprio produtor. Dessa forma, se o estabelecimento produziu, mas não comercializou sua produção, a receita agropecuária é zero.

¹² Diferentemente da receita, o valor de produção é calculado com base no montante produzido, sendo os valores da produção atribuídos por meio da média dos preços de cada um dos produtos produzidos na época da coleta dos dados, o que é feito pelo próprio IBGE.

vêm das atividades agropecuárias; e um segundo grupo de estabelecimentos cuja produção vem das atividades agropecuárias, mas cujas receitas não são obtidas destas, porque não faz a venda ou deixa de declarar ao recenseador que houve venda.

Por essa razão, decidiu-se modificar a metodologia de classificação dos estabelecimentos, tendo-se passado a adotar primeiramente o critério de produção (por meio da variável valor total de produção) e, depois, o critério das receitas (por meio da variável “receita total do estabelecimento”).

Ao escolherem-se essas duas variáveis, acreditou-se que haveria a possibilidade de que o número de estabelecimentos “sem classificação” se reduzisse entre as três categorias principais, já que o número dos estabelecimentos com valor de produção é maior do que o dos estabelecimentos com receita agropecuária.

Assim, a classificação final sugerida resulta dos seguintes critérios:

- a) Estabelecimentos familiares **especializados (EFE)** – compostos por aqueles estabelecimentos nos quais o resultado da divisão entre valor total da produção e receita total do estabelecimento fosse 50% ou mais do valor total da produção.
- b) Estabelecimentos familiares que possuem **múltiplas fontes de rendimento (EFMR)** – estabelecimentos nos quais o resultado da divisão entre valor total da produção e receita total do estabelecimento fosse de 20% a 50% do valor total da produção.
- c) Estabelecimentos familiares de **residentes rurais (EFRR)** – aqueles estabelecimentos nos quais a divisão entre valor total de produção e receita total do estabelecimento fosse menor ou igual a 20% do valor total da produção.

Na Tabela 1, pode-se verificar que a mudança na metodologia, apesar de ter distribuído de forma mais uniforme os estabelecimentos entre os três tipos com valor da produção agropecuária, tendo aumentado aqueles com múltiplas fontes de receitas, assim como os residentes rurais, também não alcançou o objetivo esperado, pois o número de estabelecimentos “sem classificação” permaneceu o mesmo.

Na Tabela 3, descrevem-se o número e a porcentagem de estabelecimentos agropecuários no Brasil em 2006.

Tabela 3. Número e porcentagem de estabelecimentos agropecuários, por tipos de estabelecimentos, segundo agricultura familiar e não familiar, no Brasil, em 2006.

Tipologia	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
EFRR	237.926	5,45	45.735	5,65	283.661	5,48
EFMR	276.582	6,34	91.816	11,34	368.398	7,12
EFE	2.543.819	58,26	509.368	62,93	3.053.187	58,99
Sem classificação (sem receita)	1.307.940	29,95	162.450	20,07	1.470.390	28,41
Total	4.366.267	100,00	809.369	100,00	5.175.636	100,00

Fonte: Schneider e Cassol (2014), tabulações especiais a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

Para compreender essas limitações, é preciso analisar com acuidade a metodologia empregada pelo Censo Agropecuário 2006, que define a variável “receita total do estabelecimento” [W423811] como a soma: total da receita com atividade agropecuária [W423808] + receitas outras não agrícolas [W324809] + receitas com prestação de serviços com empresas integradoras [W423600] + receitas do produtor e da família [W423810] (IBGE, 2009).

Não obstante, numa consulta a fundo da metodologia e numa discussão com representantes do próprio IBGE, descobriu-se que a variável “receitas do produtor e da família” – da qual fazem parte as receitas recebidas com participações em programas de governos, aposentadorias, trabalhos fora do estabelecimento, doações e desinvestimentos – não é somada ao total da receita do estabelecimento. Em outras palavras, apesar de ser prevista na metodologia uma variável que compusesse o total das receitas do estabelecimento (receitas geradas pelas atividades no interior da unidade produtiva + receitas geradas pelas atividades e participações dos integrantes da família), na prática, essas duas fontes distintas de receitas não podem ser somadas.

Isso explica a manutenção dos estabelecimentos “sem classificação”, os quais não possuem receitas no/do estabelecimento, ainda que tenham receitas com atividades do produtor e da família, as quais não são incorporadas à soma da receita total do estabelecimento¹³. Dessa forma, mesmo que primeiramente tenham sido classificados pelo valor total de produção, quando foram divididos pela receita total do estabelecimento (que é zero), esses estabelecimentos ficaram “sem classificação”.

Finalmente, o **quinto e último passo** da metodologia consistiu em comparar e descrever os três grupos de estabelecimentos familiares, classificados de acordo com variáveis relativas à produção agrícola, características dos estabelecimentos e dos produtores, acesso a ativos e outras informações julgadas pelos autores como relevantes para qualificar seu perfil. Apesar de os dados por estados da federação estarem disponíveis, optou-se por apresentar a distribuição desses tipos segundo as grandes regiões geográficas do Brasil.

CLASSIFICANDO A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Em seu conjunto, o universo dos 4.366.267 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar brasileira pode ser dividido em três grandes grupos, sendo o mais numeroso formado por 2.543.819 unidades, em que as receitas de atividades agropecuárias são a fonte majoritária de ingressos, representando em média 90,96% do total das receitas. O segundo grupo é composto por 276.582 estabelecimentos familiares, que possuem múltiplas fontes de receitas, e o peso das receitas agropecuárias chega a 62,54% da receita total. O terceiro grupo de estabelecimentos familiares é formado por 237.926 unidades que são denominadas aqui de residentes rurais, pois a receita de atividades agropecuárias é de apenas 16,22% das receitas totais.

Na Tabela 4, é feita a síntese da tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares no Brasil em 2006.

¹³ Conforme já mencionado, a não atenção a esse *detalhe* metodológico pode resultar em graves distorções de avaliação da produtividade dos fatores de produção da agropecuária, uma vez que, ao não considerar as receitas do produtor e dos outros membros da família como parte dos ganhos que sustentam e viabilizam as unidades produtivas, assim como deixar de fora do total do valor da produção agropecuária aqueles montantes que não foram vendidos (por não terem sido convertidos em produção para a venda), há uma subestimação brutal da economia agropecuária de fato.

Tabela 4. Síntese da tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares no Brasil, em 2006.

Variável	Tipologia			
	EFRR	EFMR	EFE	Sem receita
Valor da produção vegetal (%)	50,78	45,44	70,61	84,74
Valor da produção animal (%)	47,20	51,19	28,90	14,54
Valor da produção para autoconsumo (%)	58,23	31,77	19,74	94,42
Receita da atividade agro (%)	16,22	62,54	90,96	0
Receita da atividade não agro (%)	83,56	36,46	2,03	0
Receitas de aposentadorias (%)	69,77	73,93	61,91	61,32
Receitas fora do estabelecimento (%)	23,22	16,60	22,41	30,18
Área média (ha)	10,70	16,84	20,67	15,54
Acesso à assistência técnica (%)	7,83	14,01	28,08	9,62
Chefe exerceu trabalho fora (%)	27,81	24,87	23,41	29,21

Fonte: Schneider e Cassol (2014), tabulações especiais a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

Entre os estabelecimentos familiares especializados (EFE), a produção vegetal representa 70,61%, mas também é significativa nos dois outros tipos, chegando a quase 50% em ambos. Destaca-se a produção para autoconsumo, que representa 58,23% entre os residentes rurais. As receitas obtidas fora do estabelecimento representam quase um quinto do total das receitas nos três tipos. Outra característica comum entre os três tipos é o tamanho da área média de terra, que é de 20,27 hectares entre os especializados, 16,74 hectares entre os estabelecimentos que possuem múltiplas fontes de ingresso, e 10,70 hectares entre os residentes rurais. O mesmo vale para a proporção dos chefes que exerceram atividades fora do estabelecimento, que chega a quase um quarto (em torno de 25%) e a proporção da receita das aposentadorias na receita total, que alcança quase 80%, mostrando que o acesso a esse ingresso monetário líquido é muito significativo na formação das receitas dos estabelecimentos agropecuários. As variáveis que geram a maior distinção entre os três tipos são: o acesso à assistência técnica, que é de 7,83% entre os residentes, passa para 14% entre os de múltiplas fontes de ingresso, e chega a 28,08% entre os especializados; e as receitas de atividades não agropecuárias, que representam

83,56% dos ingressos entre os residentes, 36,46% entre os de múltiplas fontes, e apenas 2,03% entre os especializados.

Sobre a localização regional dos tipos de agricultura familiar, verifica-se que 46,84% dos estabelecimentos especializados encontram-se na região Nordeste, e 24,19% na região Sul do País. Entre os estabelecimentos com residentes rurais, 70,97% estão localizados na região Nordeste, enquanto o restante é bem dividido entre as outras regiões. O mesmo ocorre com os estabelecimentos com múltiplas fontes de receitas, que, apesar de localizarem-se em maior número também na região Nordeste, nas demais regiões diferem pouco uns dos outros.

Tomando-se em conta o total de estabelecimentos pesquisados em cada região, pode-se dizer que a região Sul é a que apresenta a agricultura familiar mais plenamente inserida na dinâmica econômica, uma vez que nessa região se encontra a maior proporção de estabelecimentos especializados e com múltiplas fontes de receitas em relação ao total de estabelecimentos da região. Vale notar que outras variáveis que aqui não estão contempladas também são importantes para avaliação das condições gerais de reprodução desses estabelecimentos, o que faz com que sua dependência em relação às receitas agropecuárias possa até ser considerada um indício de vulnerabilidade.

Na Tabela 5, descreve-se a tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares do Brasil em 2006.

Em síntese, podem-se classificar os agricultores familiares brasileiros em três grupos:

- a) Um grupo majoritário de estabelecimentos especializados, que depende muito fortemente da receita da atividade agropecuária, especialmente a produção vegetal. Trata-se de estabelecimentos que possuem alguma abertura para atividades fora do estabelecimento, mas parece que sua vocação e principal estratégia de reprodução social seguirá sendo a agropecuária.
- b) Um grupo pequeno de estabelecimentos que possui múltiplas fontes de ingresso, em que a receita agrícola já não é mais a única, nem mesmo a mais importante, mas as entradas monetárias de atividades não agrícolas e de aposentadorias são significativas. Não são estabelecimentos cujas estratégias de reprodução vão passar

Tabela 5. Tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares, segundo grandes regiões do Brasil, em 2006.

Tipologia	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Total	
	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%
EFRR	14.915	6,27	168.859	70,97	24.753	10,40	24.284	10,21	5.115	2,15	237.926	100,00
EFMR	19.667	7,11	168.476	60,91	33.916	12,26	45.964	16,62	8.559	3,09	276.582	100,00
EFE	273.886	10,77	1.115.189	43,84	413.747	16,26	615.296	24,19	125.701	4,94	2.543.819	100,00
Sem receita	104.198	7,97	734.607	56,17	227.339	17,38	164.149	12,55	77.647	5,94	1.307.940	100,00
Total	412.666	9,45	2.187.131	50,09	699.755	16,03	849.693	19,46	217.022	4,97	4.366.267	100,00

Fonte: Schneider e Cassol (2014), tabulações especiais a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

pela produção, pois acessam muito pouco os serviços de extensão e possuem áreas de terras relativamente pequenas para ampliar a agricultura.

- c) Um terceiro grupo de estabelecimentos familiares que vivem no espaço rural, mas a agricultura e a produção agropecuária já não têm um sentido econômico e produtivo expressivo. Talvez sua propriedade seja apenas um local de residência. Mesmo assim, a produção continua a ter alguma importância, especialmente para o autoconsumo.

Esse perfil permite afirmar que as variáveis eleitas para fazer a segmentação/classificação da agricultura familiar do Brasil formaram três grupos relativamente homogêneos em seu perfil, ainda que numericamente o grupo dos especializados seja o mais importante.

Isso mostra que a agricultura familiar do Brasil ainda é fortemente dependente da agricultura e das atividades de produção agropecuárias para formação de seu portfólio de ingressos. E mostra também que as atividades não agrícolas, ainda que importantes, são uma oportunidade para poucos. Mostra, por fim, que há um setor, formado pelos residentes rurais, em que a agricultura já deixou de ser a principal atividade econômica e não representa mais uma força econômica capaz de impulsionar suas estratégias de vida¹⁴.

Esse perfil da agricultura familiar brasileira, obtido com base nas principais variáveis representativas da atividade econômica de um estabelecimento agropecuário, poderá ajudar os planejadores a repensar as políticas agrícolas, assim como sugere uma nova agenda de pesquisas e estudos para os acadêmicos. Ao final deste artigo, apresenta-se um conjunto de recomendações de políticas que podem ser importantes para esses grupos.

Os agricultores familiares “sem receita”

Além desse grupo com estabelecimentos agropecuários familiares com receitas, conforme referido, a tipologia obtida encontrou um contingente de

¹⁴ Na verdade, seria importante que pudessem ser realizados estudos longitudinais e comparativos em relação à evolução histórica desse grupo social. Contudo, esse exercício não pode ser realizado quando se observa apenas um ponto no tempo, como é o caso da tipologia aqui proposta. No futuro, quando um novo Censo estiver disponível, será possível empreender essa análise temporal comparativa e entender sua dinâmica de transformação.

1.307.940 estabelecimentos agropecuários (29,95% do total) que em 2006 não obtiveram nenhuma receita com atividade agropecuária, os quais foram classificados em cinco grupos.

Não se trata de um grupo homogeneamente pobre, apesar de não ter produção nem receita/renda agrícola, como se verá. Logo, a primeira conclusão a que se chega é que nem a variável receita da atividade agropecuária nem a variável valor total da produção agropecuária permitem apurar informação suficientemente judiciosa que permita pleitear conclusões sobre suas condições de reprodução social.

Mas imediatamente ergue-se outra interrogação, que se refere à caracterização desse universo de 1.307.940 estabelecimentos agropecuários, classificados como de agricultura familiar, que não obtiveram receitas de atividades agrícolas. A Tabela 6 apresenta um perfil desses estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros, segmentados segundo a tipologia que será explicada logo em seguida.

Os cinco grupos nos quais se dividem os 1.307.940 estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros “sem receita” podem ser descritos da seguinte forma:

- 1) **Estabelecimentos agropecuários familiares com valor de produção e com área até 20 hectares:** aqueles estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram receitas com a atividade agropecuária, todavia, obtiveram valor de produção com essas atividades e possuíam área igual ou inferior a 20 hectares. Esse grupo é o maior, formado por 637.911 estabelecimentos, que correspondem a 48,77% do total. São estabelecimentos muito pequenos em tamanho, pois têm área média de 4,14 hectares e acessam apenas 0,79% da área agrícola do Brasil. Sua produção é fundamentalmente vegetal (86,35%) e destinada ao autoconsumo (95,52%). São unidades em que as receitas de aposentadorias são muito significativas, e apenas 7,09% têm acesso à assistência técnica. Uma parcela de 13,25% desses estabelecimentos está localizada em áreas de assentamentos.
- 2) **Estabelecimentos agropecuários familiares com valor de produção e com área maior que 20 hectares:** aqueles estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram

Tabela 6. Síntese dos estabelecimentos agropecuários familiares sem receitas agropecuárias, no Brasil, em 2006.

Variável	Tipos sem receitas				
	Com valor de produção (área até 20 ha)	Com valor de produção (área > 20 ha)	Sem valor de produção	Sem área	Outras situações
Nº de estabelecimentos	637.911	138.864	355.965	87.480	87.720
Estabelecimentos (%)	48,77	10,62	27,22	6,69	6,71
Área sobre o total (%)	0,79	2,37	2,57	0	0,36
Área média (ha)	4,14	56,89	24,10	0	13,69
Valor da produção vegetal (%)	86,35	83,26	0	71,27	0
Valor da produção animal (%)	12,83	16,33	0	27,41	0
Valor da produção para autoconsumo (%)	95,52	92,67	0	88,88	0
Assentados (%)	13,25	4,01	6,48	16,91	7,38
Receitas de aposentadorias (%)	70,05	66,56	42,11	53,81	50,34
Acesso à assist. técnica (%)	7,09	14,69	12,19	4,58	9,83

Fonte: Schneider e Cassol (2014), tabulações especiais a partir do Censo Agropecuario 2006 (IBGE, 2009).

receitas com a atividade agropecuária, porém, obtiveram valor de produção com essas atividades e possuíam área maior que 20 hectares. Esse grupo, não tão grande quanto o anterior, é formado por 138.864 estabelecimentos, os quais representam 10,62% do total. São estabelecimentos com área média significativa, em torno de 56,89 hectares, representando 2,37% do total da área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar brasileira. Assim como o grupo anterior, a maior parte do valor de sua produção advém da produção vegetal (83,26%), enquanto o percentual do valor da produção destinada ao autoconsumo é de 92,67%. Tais estabelecimentos também possuem valores significativos de receitas com aposentadorias e pensões (66,56%), e 14,69% receberam assistência técnica. Do total de estabelecimentos desse grupo, apenas 4,01% estão localizados em áreas de assentamentos.

- 3) **Estabelecimentos agropecuários familiares sem valor de produção:** aqueles estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram receitas com a atividade agropecuária, assim como não obtiveram valor de produção com essas atividades, independentemente do tamanho de área. Esse grupo corresponde a 355.965 estabelecimentos, os quais representam 27,22% do total daqueles sem receitas. Possuem área média de 24,10 hectares, ocupando 2,57% da área agrícola nacional. Suas receitas com aposentadorias são significativas (42,11%), porém, menores que as dos grupos anteriores; 6,48% desses estabelecimentos encontram-se em área de assentamentos, e apenas 12,19% tiveram acesso à assistência técnica.
- 4) **Estabelecimentos agropecuários familiares sem área:** são aqueles estabelecimentos que não dependiam de uma área específica, e, na data de referência, o produtor não mais a possuía – por exemplo, produtores de mel, produtores em leitos de rio na época da vazante, produtores em faixa de proteção ou acostamento de estradas, produtores de carvão vegetal que possuíam fornos nos quais se utilizava lenha adquirida de terceiros, e as atividades de extração, coleta ou apanha de produtos que foram obtidos de matas naturais (IBGE, 2009, p. 32-33). Esse grupo é o menor entre aqueles sem receitas, sendo formado por 87.480 estabelecimentos, os quais

representam 6,69% do total de estabelecimentos. Sua produção é fundamentalmente vegetal (71,27%) e destinada ao autoconsumo (88,88%). Suas receitas com aposentadorias correspondem a pouco mais da metade do valor total das receitas obtidas pela família (53,81%). Entre os estabelecimentos sem receitas, é o que possui maior percentual de unidades em áreas de assentamentos (16,91%), e apenas 4,68% do total desses estabelecimentos acessaram assistência técnica.

- 5) **Estabelecimentos agropecuários familiares com outras situações:** finalmente, o quinto grupo entre os estabelecimentos sem receitas agropecuárias é aquele em que se enquadram estabelecimentos em outras situações que não as quatro anteriores. Esse grupo corresponde a 87.720 estabelecimentos, representando 6,71% do total de estabelecimentos sem receitas. Possui área média de 13,69 hectares, ocupando 0,36% da área agrícola do País. Pouco mais da metade das receitas do produtor e da família advém de aposentadorias (50,34%), e 7,38% desses estabelecimentos estão em situação de assentamentos de reforma agrária. Assim como nos demais grupos, é pequeno o número de estabelecimentos que acessaram assistência técnica (9,83%).

A existência desse grupo significativo de estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram receitas deve-se a três hipóteses principais (não exclusivas): a primeira delas é que as condições de produção desses estabelecimentos explicam suas características. Trata-se de estabelecimentos de pequenos produtores que produzem basicamente para autoconsumo, auferindo alguma receita com a venda de suas produções somente quando produzem algum excedente. Mas também podem ser estabelecimentos que, apesar de possuírem áreas maiores de terra, se dedicam à criação de pecuária extensiva, ou a culturas de exploração florestal, cujas receitas não são anuais e contínuas e, por isso, podem não ter obtido receitas no período anterior ao de coleta dos dados do Censo Agropecuário. Ou podem ser estabelecimentos que ainda não possuem receitas devido ao fato que a terra foi recém-ocupada ou acessada, tal como nas situações de assentamentos de reforma agrária ou produtores que iniciam uma nova atividade agropecuária, que possivelmente teriam iniciando suas atividades no ano anterior ao Censo e, assim, ainda não possuíam registro de produção destinada para a venda.

A segunda hipótese que pode explicar por que esses estabelecimentos familiares têm produção, mas não obtêm receitas agrícolas refere-se a possíveis efeitos de adventos climáticos. De fato, em 2006, ano da coleta dos dados, houve uma forte estiagem que atingiu a região Nordeste do Brasil, tendo afetado significativamente a população e a produção rural daquela região. Resta, portanto, saber se uma parcela expressiva desses estabelecimentos se concentra nessas áreas, o que permitiria confirmar a hipótese.

A terceira e última hipótese refere-se ao processo de levantamento dos dados, e estaria relacionada à negativa dos entrevistados em declarar aos agentes censitários seus rendimentos, ou mesmo ao fato de esses rendimentos serem subdeclarados. Essa hipótese encontra respaldo nos trabalhos realizados por Hoffmann (2000), Hoffmann e Ney (2010) e Dias (2010), que sustentam que algumas variáveis, principalmente as relativas às receitas dos estabelecimentos, podem sofrer problemas como subdeclaração¹⁵.

Analisando-se o número de estabelecimentos sem receita, verificou-se, na Tabela 7, que a maior parte destes compõe o grupo 1, ou seja, aqueles estabelecimentos com valor de produção e com área menor que 20 hectares. Tal grupo corresponde a 48,77% do total dos estabelecimentos sem receitas no País, seguido pelo grupo sem valor de produção (27,22%) e pelo grupo com valor de produção e com área maior que 20 hectares (10,62%).

Por sua vez, analisando-se a localização regional desses grupos, na Tabela 8 pode-se notar que a maioria desses estabelecimentos que não obtiveram receitas agropecuárias em 2006 estão localizados na região Nordeste do País (56,17%), seguidos da região Sudeste (17,38%), Sul (12,55%), Norte (7,97%) e Centro-Oeste (5,94%).

Entre os pequenos estabelecimentos (até 20 ha) que tiveram valor de produção, chama atenção que 64,94% encontram-se na região Nordeste. Esse dado está de acordo com uma das hipóteses deste estudo anteriormente

¹⁵ Ney e Hoffmann (2009, p. 155-156) destacam que, malgrado “as informações sobre renda fornecidas no Censo sejam reconhecidamente de boa qualidade, elas apresentam algumas limitações que precisam ser consideradas [...]”, tais como: a) os dados sobre rendimento são sempre autodeclarados, o que não evita esquecimentos ou omissões; b) “a subestimação da renda é a subdeclaração dos ganhos mais elevados”; e c) a coleta das informações que tem como base um determinado período corre o risco de não captar os rendimentos variáveis, o que se reflete na “dificuldade de captar o rendimento médio na grande variedade de atividades agrícolas existentes ao longo do ano no País”.

Tabela 7. Tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares sem receitas, por número de estabelecimentos, no Brasil, em 2006.

Sem receitas	Nº de estab.	%
Com valor de produção (área até 20 ha)	637.911	48,77
Com valor de produção (área > 20 ha)	138.864	10,62
Sem valor de produção	355.965	27,22
Sem área	87.480	6,69
Outras situações	87.720	6,71
Total	1.307.940	100,00

Fonte: Schneider e Cassol (2014), tabulações especiais a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

levantadas, qual seja a de que tais estabelecimentos são caracterizados por pequenas produções, e só obtêm receitas com a venda dessas produções quando conseguem produzir algum excedente, geralmente produzindo, portanto, apenas para o autoconsumo.

Analisando-se o outro grupo de estabelecimentos com valor de produção, todavia, com área superior a 20 hectares, percebe-se que boa parte encontra-se também na região Nordeste (42,59%); porém, há boa porcentagem localizada na região Norte (19,66%). Esses estabelecimentos, que possuem área média de 56,89 hectares, são produtores de pecuária extensiva e explorações florestais, que provavelmente não obtiveram receitas – ou pelo fato de essas produções não serem anuais e contínuas, ou pelo fato de a região Nordeste, principalmente, ter sofrido com uma forte estiagem no período anterior à coleta dos dados do Censo¹⁶.

Finalmente, os estabelecimentos sem valor de produção, que representam apenas 27,71% do total de estabelecimentos sem receitas, encontram-se, além da região Nordeste (40,27%), principalmente na região Sudeste (24,92%).

¹⁶ As regiões Norte e Nordeste do País, em 2005–2006, passaram por um período de extensa estiagem, considerada uma das piores dos últimos 40 anos na região Norte (INPE, 2005), que acabou prejudicando de forma significativa a produção agropecuária e a população rural da região.

Tabela 8. Estabelecimentos agropecuários familiares sem receitas, segundo localização por grandes regiões brasileiras, em 2006.

Sem receitas	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Total	
	Nº estab.	%	Nº estab.	%	Nº estab.	%	Nº estab.	%	Nº estab.	%	Nº estab.	%
Com valor de produção (área até 20 ha)	19.729	3,09	414.284	64,94	98.330	15,41	88.964	13,95	16.604	2,60	637.911	100,00
Com valor de produção (área > 20 ha)	27.301	19,66	59.138	42,59	22.108	15,92	12.447	8,96	17.870	12,87	138.864	100,00
Sem valor de produção	43.059	12,10	143.335	40,27	88.721	24,92	43.726	12,28	37.124	10,43	355.965	100,00
Sem área	6.479	7,41	63.089	72,12	8.855	10,12	7.400	8,46	1.657	1,89	87.480	100,00
Outras situações	7.630	8,70	54.761	62,43	9.325	10,63	11.612	13,24	4.392	5,01	87.720	100,00
Total	104.198	7,97	734.607	56,17	227.339	17,38	164.149	12,55	77.647	5,94	1.307.940	100,00

Fonte: Schneider e Cassol (2014), tabulações especiais a partir do Censo Agropecuario 2006 (IBGE, 2009).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Este estudo permitiu mostrar que o universo dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar brasileira compreende um total de 4.366.267 unidades, que pode ser dividido em três grandes grupos. O mais numeroso é formado por 2.543.819 estabelecimentos, cujas receitas de atividades agropecuárias são a fonte majoritária de ingressos, representando em média 90,96% do total das receitas. O segundo grupo é composto por 276.582 estabelecimentos familiares que possuem múltiplas fontes de receitas, e o peso das receitas agropecuárias chega a 62,54% da receita total. O terceiro grupo de estabelecimentos familiares é formado por 237.926 unidades que foram denominadas de residentes rurais, pois a receita de atividades agropecuárias é de apenas 16,22% das receitas totais.

As principais diferenças entre os três tipos se referem aos indicadores de produção. Entre os especializados, a produção vegetal representa 70,61% da produção total, ao passo que nos outros dois tipos não chega a 50%. A segunda grande diferença entre os três tipos está na importância da produção para autoconsumo, que representa 58,23% entre os residentes rurais, mas apenas 19,74% entre os especializados. A terceira diferença significativa está relacionada às receitas de atividades não agropecuárias, que representam 83,56% dos ingressos entre os residentes, 36,46% entre os de múltiplas fontes, e apenas 2,03% entre os especializados. A quarta diferença se refere ao acesso à assistência técnica, que é de 7,83% entre os residentes, passa para 14% entre os de múltiplas fontes de ingresso, e chega a 28,08% entre os especializados.

As similaridades mais salientes entre os três tipos estão relacionadas ao tamanho médio da área de terra, que é de 20,27 hectares entre os especializados, 16,74 hectares entre os estabelecimentos que possuem múltiplas fontes de ingresso, e 10,70 hectares entre os residentes rurais. O mesmo vale para a proporção dos chefes que exerceram atividades fora do estabelecimento, que chega a quase um quarto (em torno de 25%), e a proporção da receita das aposentadorias na receita total, que alcança quase 80%, mostrando que o acesso a esse ingresso monetário líquido é muito importante na formação das receitas dos estabelecimentos agropecuários.

Além desses três tipos de agricultores familiares, o estudo revelou um fato novo, para o qual os estudos com base no Censo Agropecuário ainda não haviam dedicado atenção. Trata-se da identificação de um contingente de 1.307.940 estabelecimentos agropecuários familiares (29,95% do total) que não obtiveram ou não declararam receitas de atividade agropecuária em 2006.

Vale notar que inicialmente indagou-se sobre a própria maneira de tratar um grupo tão numeroso em face da tipologia tripartida obtida. No entanto, discussões mais detalhadas e reflexões mostraram que aqui residia um verdadeiro achado desse trabalho, pois se apontou que há na agropecuária brasileira um grupo significativo de 1.307.940 estabelecimentos agropecuários familiares que em 2006 não obtiveram ganhos de sua produção agrícola. Mas isso não significa, *ipso facto*, que essas unidades sejam ineficientes, ineptas ou pouco produtivas, e que por isso sua saída da agricultura seria o caminho inexorável. Encontrou-se aqui uma explicação pertinente para o fato que 29,95% do total de estabelecimentos agropecuários não obtiveram ou não declararam rendimentos de atividade produtiva (ALVES; ROCHA, 2010).

Esse expressivo número de 1.307.940 estabelecimentos com produção mas sem receitas agropecuárias chamou a atenção para três aspectos. Primeiro, trata-se de um grande e significativo número de estabelecimentos que nem de longe são improdutivos ou ineficientes. Segundo, é necessário afinar melhor as metodologias de coleta de dados e de cálculos estatísticos para que não se cometam erros de avaliação em relação a esse expressivo grupo social do rural brasileiro, especialmente porque entre esses estabelecimentos estão aqueles que foram afetados por adventos climáticos (como a estiagem que assolou o Nordeste em 2005, justamente o ano anterior ao da coleta dos dados do último Censo Agropecuário), assim como estão aqueles que praticam culturas perenes, cujas receitas e ingressos não são anuais. E, por fim, mas não menos importante, nesse grupo também está incluída a maior parte dos assentados de reforma agrária, que, por estarem iniciando sua atividade no momento em que foram coletados os dados, não poderiam mesmo ter receitas e rendimentos a declarar.

A tipologia da agricultura familiar aqui alcançada mostra, portanto, que é absolutamente inequívoco que o desenvolvimento rural do Brasil deve levar em conta a diversidade de sua estrutura social e econômica da agricultura e do meio rural. Certamente, estudos e pesquisas sobre essa diversidade econômica

e imensa heterogeneidade social são uma demanda necessária e urgente a ser encaminhada.

IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Entre as implicações para as políticas públicas que podem ser extraídas de um estudo dessa natureza, pode-se indicar, inicialmente, a necessidade flagrante de políticas específicas para os estabelecimentos agropecuários muito pequenos, em que a terra e os demais meios de produção disponíveis não são suficientes para gerar excedente econômico agrícola que possa garantir uma receita adequada. É preciso encontrar alternativas e meios de vida para esse grupo no próprio meio rural, ainda que talvez não em atividades agrícolas. Para esse grupo, a migração para as cidades já não é uma alternativa viável, especialmente em virtude da baixa qualificação de sua força de trabalho para se inserir em outros setores que não a agricultura. Mesmo no setor de serviços, os requisitos de qualificação profissional têm crescido muito e são uma barreira à entrada.

A segunda recomendação é que, em face da diversidade da agricultura familiar do Brasil, verificada por meio da tipologia apresentada, as políticas públicas para essa categoria social precisam, necessariamente, ser diferenciadas e ter um portfólio variado de opções. Essas políticas precisam ter pelo menos dois tipos de focos, sendo um deles mais voltado para o fortalecimento das condições de produção e meios que permitam gerar excedentes econômicos. O outro foco deveria ser voltado ao rural *lato sensu*, com ações e programas dirigidos ao fortalecimento dos meios de vida e do acesso a recursos, bens e serviços. Trata-se da combinação de políticas agrícolas com desenvolvimento rural.

A terceira recomendação deriva da verificação da concentração da agricultura familiar no grupo dos 2.543.819 (58,26% do total) estabelecimentos especializados, cujas receitas de atividades agropecuárias são a fonte majoritária de ingressos, representando em média 90,96% do total das receitas. O mesmo ocorre em relação a estabelecimentos não familiares, que são 809.369 unidades, das quais 62,93% (509.368) estão igualmente no grupo dos especializados. Ainda que sejam estabelecimentos que dependam

da agricultura para sua reprodução social, seria importante analisar suas características internas para compreender melhor seu perfil econômico e produtivo, para que se possa entender melhor a origem dessa “especialização”. Com os dados apurados, não se sabe se são estabelecimentos cujo valor da produção depende de monocultivos, como grãos ou pecuária, por exemplo. Mas podem também ter alto valor da produção de atividade agropecuária com base em um sistema de produção diversificado, que combina múltiplos cultivos e formas de criação. A priori, não é possível concluir ou afirmar que o fato de que suas receitas dependem em mais de 50% de ingressos advindos de atividades agropecuárias representa uma vantagem ou um risco.

A quarta recomendação está relacionada às atividades não agrícolas. Nos últimos anos, não foram poucos os pesquisadores que vislumbraram saídas ao desenvolvimento rural por meio do estímulo às atividades não agrícolas, especialmente por meio da descentralização industrial de setores intensivos no uso de trabalho (como têxteis e manufaturados) para regiões rurais onde parte dessa força de trabalho poderia acessar postos no mercado de trabalho regional (BERDEGUÉ et al., 2001; SCHNEIDER, 2007, 2009; SILVA, 1999). Trata-se de fortalecer as economias de cidades intermediárias, os territórios rurais que já não vivem mais exclusivamente da agricultura.

A quinta recomendação está relacionada à necessidade de as políticas públicas para a agricultura familiar aprofundarem o apoio aos processos de organização da produção e apoio à construção de mercados. Os agricultores familiares precisam de mais e melhores mercados, para que não fiquem dependentes e vulneráveis aos canais de venda da produção agropecuária que são dominados e oligopolizados pelas grandes cadeias do setor agroalimentar. No Brasil, o ciclo de políticas criativas e bem-sucedidas que foi iniciado com a formulação do Pronaf, de 1993 a 1996, está mostrando sinais de esgotamento, pois o crédito se tornou um fim em si mesmo (especialmente de custeio) que acaba financiando “mais do mesmo” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013), mas é muito pouco criativo no estímulo e apoio ao desenvolvimento de inovações fora do esquema produtivista – assim, implica financiamentos para compra de insumos, sementes e serviços para cultivos altamente intensivos no uso de agroquímicos e outros itens, que elevam o valor do consumo intermediário, o que resulta em drenagem desses recursos para fora do estabelecimento.

Uma última recomendação refere-se à necessidade de compreender melhor as características sociais e a própria dinâmica econômica e produtiva do grupo de 1.307.940 estabelecimentos agropecuários familiares (29,95% do total) que existem no rural, mas não obtiveram ou não declararam receitas de atividade agropecuária em 2006. Boa parte desses estabelecimentos, especialmente aquele grupo com valor de produção e com área inferior a 20 hectares, formado por 637.911 unidades (48,77% do total), vivem em condições muito precárias e de vulnerabilidade. Na verdade, trata-se da pobreza rural, pois são estabelecimentos com área média de apenas 4,14 hectares, com receitas igualmente muito pequenas. Muito provavelmente, para esses estabelecimentos, as políticas de crédito para custeio e investimento, notadamente o Pronaf, são inadequadas, assim como os demais programas que visam aumentar a geração de excedentes agrícolas por meio do incremento de fatores produtivos que são precários e insuficientes.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos colegas Paulo Waquil e Marcelo Conterato, do PGDR/UFRGS; Mauro Del Grossi, da UnB; Walter Belik, da Unicamp; Joacir Rufino de Aquino, da Uern; Vicente Marques (Incra/RS); e Fabiano Escher pelas discussões e comentários recebidos. Dedicam um agradecimento especial a Henrique Noronha Figueiredo de Brito e Antonio Carlos Simões Florido, do IBGE, que deram apoio fundamental para desenvolver a metodologia utilizada. Também são gratos aos pareceristas da revista *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, que deram valiosas sugestões ao artigo. A nenhum destes deve ser imputada qualquer responsabilidade em caso de omissões ou erros eventualmente remanescentes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC, 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12).

ABRAMOVAY, R.; MORELLO T. F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. In: INTERNATIONAL CONFERENCE DYNAMICS OF RURAL TRANSFORMATION IN EMERGING ECONOMIES, 2010, New Delhi, India. **Conference Report**. New Delhi: [s.n], 2010. 25 p. April 14-16, 2010.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea, 2010. p. 275-290.

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, MG, v. 1, n. 2, p. 309-347, jul./dez. 2011.

BERDEGUÉ, J. L.; REARDON, T.; ESCOBAR, G. La creciente importancia del empleo y el ingreso rurales no agrícolas. In: ECHEVERRÍA, R. G. (Ed.). **Desarrollo de las economías rurales [en América Latina y el Caribe]**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2001. p. 183-211.

BERNSTEIN, H. A. Dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 52-81, maio/ago. 2011.

BOLLIGER, F. P.; OLIVEIRA, O. C. de. Brazilian agriculture: a changing structure. In: AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS ASSOCIATION'S, 2010, Denver. **Joint Annual Meeting**. Denver: AAEA, 2010.

BOURDIEU, P. À propos de la famille comme catégorie réalisée. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 100, p. 32-36, déc. 1993.

BOURDIEU, P. La Représentation Politique. éléments pour une théorie du champ politique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 36/37, p. 3-24, fév./mars 1981.

BOURDIEU, P. Une classe objet. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 17/18, p. 2-5, nov. 1977. La paysannerie une classe objet.

COOKE, P.; MORGAN, K. **The associational economy: firms, regions, and innovation**. Oxford: Oxford University Press, 1998. 256 p.

DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de A. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 1, p. 127-157, abr. 2010.

DELGADO, G. C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: Ipea, 2005. p. 19-50.

DIAS, G. L. S. A dificuldades de mudar: o caso da política agrícola no Brasil. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea, 2010. p. 259-274.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, Londres, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006.

FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília, DF: MDA, 2009. 96 p.

FRIEDMANN, H. Simple commodity production and wage labour in the american plains. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978a.

FRIEDMANN, H. The Family Farm and the International Food Regimes. In: SHANIN, T. **Peasants and Peasants Societies**: selected readings. 2nd ed. London: Penguin Books, 1988. p. 247-258.

FRIEDMANN, H. World Market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545-586, 1978b.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 51, n. 1, p. 45-068, jan./mar. 2013.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas para la agricultura familiar en Brasil**: trayectoria, análisis y desafíos. Porto Alegre: Red PP-AL, 2013. 35 p. Reporte para Red Políticas Públicas y Desarrollo Rural en América Latina.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIM, A. M.; SABBATO, A. di. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284 p.

HAYAMI, Y. Family farms and plantations in tropical development. **Asian Development Bank**, Manila, v. 19, n. 2, p. 70-89, 2002.

HAYAMI, Y. The peasant in economic modernization. **American Journal of Agricultural Economics**, Saint Paul, v. 78, n. 5, p. 1157-1167, Dec. 1996.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. p. 81-107.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade da terra no Brasil. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea, 2010. p. 45-64.

HOUTZAGER, P. P. Estado e sindicato na transformação do mundo rural brasileiro: 1964-1979. In: HOUTZAGER, P. P. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. São Paulo: Globo, 2004. p. 46-89.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar: MDA/PRONAF: Lei nº 11.326 de 24/07/2006. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: 26 out. 2012.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar: primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009. 267 p.

IBGE. Departamento de Emprego e Rendimento. **Mapa do mercado de trabalho no Brasil: 1992-1997**. Rio de Janeiro, 2001. 159 p.

INPE. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Seca na Amazônia em 2005**. 19 outubro 2005. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=492>. Acesso em: 18 jul. 2013.

JOLLIVET, M. **Pour une science sociale à travers champs**: paysannerie, capitalisme (France XXe Siècle). Paris: Arguments, 2001. 400 p.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 12/13, p. 55-72, 1989/1990.

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural en Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010). **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Buenos Aires, n. 34, p. 35-71, 1º sem. 2011.

MARX, K. Para a crítica da economia política: introdução. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 13-27. (Os Pensadores).

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 2, p. 1-9, abr./jun. 2014.

MEDEIROS, L. S. de. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. (Org.). **Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos**. Buenos Aires: Ciccus, 2010. v. 1, p. 131-152.

MEDEIROS, L. S. de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 65-72, abr./jun. 1997.

MENDRAS, H. **La fin des Paysans**: suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après.. Paris: Actes Sud, 1984. 446 p.

- MORGAN, K. The learning region: institutions, innovation and regional renewal. **Regional Studies**, Cambridge, v. 31, n. 5, p. 491-503, 1997.
- NEVES, D. P. Agricultura familiar, questões metodológica. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, p. 21-37, 1995.
- NEY, M. G.; HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 47, n. 1, p. 147-182, jan./mar. 2009.
- NIEDERLE, P. A. Revisitando o conceito de produção simples de mercadorias. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Formação e contemporaneidade da diversidade sócio-espacial no campo: anais. São Paulo: USP, 2009.** p. 1-25.
- NOVO retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília, DF: Inra: FAO, 2000. 73 p. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO.
- PERFIL da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília, DF: FAO: INCRA, 1996. 24 p. Projeto UFT/BRA/036/BRA.
- PICOLOTTO, E. L. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 204-236, jan./abr. 2014.
- PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. 372 p. (Estudos Rurais).
- PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 13-56.
- SALLUM JUNIOR, B. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-55, jun. 2003.
- SCHMITZ, H. Collective efficiency and increasing returns. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 23, n. 4, p. 465-483, July 1999.
- SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 16, n. 3, p. 15-34, jul./set. 2007.
- SCHNEIDER, S. La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación. In: GRAMMONT, H. C. de; MARTÍNEZ VALLE, L. (Comp.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano.** Quito: Flacso, 2009. v. 1, p. 132-161. (Foro).
- SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 4, n. 1, mar. 2010.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. El perfil agrícola de la agricultura familiar em Brasil. In: LA AGRICULTURA familiar em América Latina: un nuevo análisis comparativo. Santiago:

Fida: Rimisp, 2014. 257 p. Reporte de pesquisa Análisis de pobreza y desigualdade rural em América Latina. No prelo.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. D. F. (Ed.). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 989-1014.

SCOONES, I. Livelihoods perspectives and rural development. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 171-196, Jan. 2009.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 26, p. 41-80, 1980.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999. 153 p. (Coleção Pesquisas, 1).

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67, maio/ago. 2004.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: HUCITEC, 1991.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 330 p. (Estudos rurais).

Trabalho recebido em 15 de julho de 2014 e aceito em 8 de agosto de 2014